

Apresentação Pública de “Arqueologia Urbana e História Local. Homenagem a Almeida Carvalho” - MUSA 5 - 23/02

Maria Catarina Coelho*

Exmo. Sr. Presidente do Conselho Directivo da Associação dos Municípios da Região de Setúbal, Dr. Rui Garcia,

Exma. Sra. Directora do Museu de Arqueologia e Etnologia do distrito de Setúbal, Doutora Joaquina Soares,

Demais representantes institucionais,
Exmos. Senhores investigadores e autores,
Minhas senhoras e meus senhores,

É com imenso agrado que hoje aqui estou.

Aceitei o amável convite que me foi endereçado pela Doutora Joaquina Soares para apresentar o volume das actas do encontro de Homenagem a Almeida Carvalho, realizado entre 8 e 9 de Setembro de 2017, com bastante expectativa, pois esta apresentação permitir-me-ia tomar conhecimento de uma realidade absolutamente nova para mim, a vida e a obra de João Carlos de Almeida Carvalho.

Mesmo antes de ter manifestado a minha concordância, que muito gostaria de realçar nunca esteve em causa, a Directora do MAEDS de imediato me enviou o volume das actas agora em apresentação.

A leitura breve dos artigos que compõem a edição despertou-me, desde logo, redobrado interesse, pois recordou-me algumas publicações muito frequentes nas edições municipais da década de noventa do século XX, nas quais o território era abordado numa

perspectiva plural através do contributo das diversas fontes históricas, arqueológicas, documentais, tradicionais, etc. A construção da memória de um lugar, de uma região, era deste modo inserida num contexto mais alargado, permitindo assim uma percepção do local num contexto global.

Aceite o desafio havia, então, que dar lugar à exploração do manancial de informação que estas actas encerram.

O volume das actas do encontro «Arqueologia urbana e História local», realizado no âmbito do vasto programa de comemorações do IIº Centenário do nascimento de João Carlos de Almeida Carvalho, que se estendeu por um ano iniciado em Março de 2017, é uma edição conjunta da Associação de Municípios da Região de Setúbal, do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal e do Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal, coordenado por Joaquina Soares.

Integra o nº 5 da série periódica Musa - Museu, Arqueologia & Outros Patrimónios, uma publicação de duas das instituições acima referidas, o FIDS e o MAEDS, que conceptualmente tem na sua génese a criação de um repositório que visa uma abordagem diversificada do património cultural.

O volume que agora apresentamos foi editado em 2018 e é composto por 21 artigos distribuídos por 286 páginas. Os seus autores, que mais uma vez cumprimento nos aqui presentes, originários de diferentes instituições e de distintas áreas do saber, confirmam o

* Directora do Departamento dos Bens Culturais da DGPC.

que dissemos acerca da pluralidade dos assuntos aqui espelhados, subscrevendo alguns deles mais do que um artigo, quer individualmente quer em parceria.

A organização do volume tem um cariz temático e simultaneamente diacrónico. Temos os artigos relacionados com a investigação arqueológica, a abordagem de fontes arquivísticas, as recolhas de carácter etnográfico, a história socioeconómica da região e a contextualização histórica do homenageado.

Todavia, optámos por expor esta obra numa perspectiva distinta.

Partindo do facto de estarmos perante a homenagem de um setubalense ilustre a todos os níveis, preferimos dividir estes contributos por quatro grandes capítulos:

O HOMEM, a VIDA, a OBRA e o LEGADO

O HOMEM

João Carlos de Almeida Carvalho nasceu em Setúbal a 5 de Março de 1817, falecendo a 29 de Abril de 1897, na mesma cidade onde desenvolveu um intensa actividade cívica e cultural.

A abrir o volume e a enquadrar a existência do mesmo, Horácio Pena oferece-nos uma viagem pela vida e obra de Almeida Carvalho destacando o seu papel enquanto investigador e compilador dos vestígios da história de Setúbal.

Apresenta-nos um homem com uma acção dispersa por diversas áreas, desde a advocacia a funções na administração, sendo no domínio da cidadania que a sua participação na vida de Setúbal se destaca, concretamente enquanto jornalista, fundador e redactor principal d'O Setubalense (1855).

Neste artigo o autor aproveita para nos dar conta das actividades desenvolvidas ao longo das comemorações, distribuídas por aulas, conferências, exposições, visitas, reportagens, notícias etc.

A VIDA

Albérico Afonso e Carlos Mouro reflectem sobre o atentado perpetrado contra Almeida Carvalho em 31 de Agosto de 1855, apunhalado à saída do jornal na Rua da Praia, actual Avenida Luísa Todi. Os autores recordam, através de excertos de publicações periódicas

contemporâneas dos acontecimentos, o impacto que tal acto teve, com repercussões e manifestações em todo o país, identificado como um atentado simultaneamente político e à liberdade de imprensa, dadas as críticas de Almeida Carvalho, adepto do partido regenerador, ao Governo da época.

Num artigo publicado n'O Setubalense, após o período de restabelecimento, Almeida Carvalho afirma: «à imprensa periódica de todas as cores e de todos os partidos, a quem reitero o meu reconhecimento, suplico que não desampare a defesa de uma causa que é de toda a imprensa...».

Neste texto reflecte-se, igualmente o interesse do homenageado nas causas sociais e o seu envolvimento no seio da sua comunidade, para a qual funda a Associação Setubalense das Classes Laboriosas (1855) e mais tarde é eleito para a Junta Geral do distrito de Setúbal na qual defendeu os direitos dos mais desfavorecidos, em confronto com as elites oligárquicas, que tinham sido de algum modo implicadas no seu atentado.

Por seu turno Ernesto Castro Leal analisa as reflexões de Almeida Carvalho publicadas nos editoriais d'O Setubalense (1855-1857), logo na fundação do jornal, acerca das alterações dos limites territoriais do concelho de Setúbal que, então, incorporara os Concelhos de Palmela e de Azeitão.

Este estudo demonstra a possibilidade de se estabelecer a evolução dos limites das diversas circunscrições territoriais da região através da análise da documentação recolhida por Almeida Carvalho e dos seus contributos.

Realça o discurso crítico do homenageado sobre a problemática dos centros urbanos e as suas periferias, no início do Estado Liberal, no contexto da legislação e regulamentação conexas produzida entre a Constituição de 1822 e a reforma administrativa de 1855. Analisa a evolução populacional e os fluxos migratórios para Setúbal e o seu impacto na evolução do concelho. Estes migrantes garantiram a mão-de-obra agrícola que permitiu o desenvolvimento da produção vitivinícola e dos pomares. Por outro lado, associa o estabelecimento do caminho-de-ferro entre o Barreiro, Pinhal Novo e Setúbal, em 1861, com esse dinamismo socioeconómico e com a restauração do

concelho de Palmela na mesma data, opção de que Almeida Carvalho era apologista.

A OBRA

A recolha, análise e reprodução sistemática da documentação depositada no Arquivo Distrital de Setúbal constitui, sem margem para dúvida, um contributo fundamental para a construção da história de Setúbal, um compromisso para com a sua comunidade e contemporaneidade.

Neste âmbito surge o estudo de João Costa acerca da destruição, desaparecimento ou adulteração da documentação de valor cultural e histórico do acervo documental de produção municipal de Palmela, destruído aquando do incêndio ocorrido na noite de 4 para 5 de Outubro de 1910 no edifício dos Paços do Concelho de Setúbal. Este espólio havia sido transferido de Palmela para Setúbal no ano de 1758, visando a o seu resgate face ao incêndio que havia então ocorrido no arquivo de Palmela.

O papel de Almeida Carvalho na salvaguarda deste património reside precisamente no apurado levantamento efectuado em apontamentos, resumos e notas diversas. É através destes testemunhos que é possível fazer a reconstituição do tombo da Câmara de Palmela entre os séculos XIV e XIX.

O artigo destaca a importância da articulação entre a História e a Arqueologia a partir das anotações de Almeida Carvalho, uma vez que a documentação palmelense constitui uma fonte fundamental para a caracterização do território, e da vila em particular, descrevendo um conjunto de infra-estruturas e imóveis que compunham o espaço urbano, pelo menos desde o século XIV. O autor aponta caminhos para investigação futura, concretamente na identificação dos agentes concelhios, chegando porém à conclusão da ausência de documentação relacionada com as actas municipais e dos róis de propriedades que ficaram irremediavelmente perdidos. Por fim, apresenta um a tabela síntese identificando um por um os documentos, a data, a correspondente, referência, arquivística e o resumo do seu conteúdo.

Igualmente no domínio da obra de Almeida Carvalho,

Maria João Pereira Coutinho, elabora uma análise das festas civis e festividades religiosas de Setúbal na Época Moderna, a partir quer dos manuscritos do homenageado conservados no Arquivo Distrital de Setúbal, quer da obra de Almeida Carvalho publicada sob o título *Acontecimentos, Lendas e Tradições da Região setubalense*.

Trata-se de um conjunto de anotações de factos significativos para a história de Setúbal que nos proporciona, de acordo com a autora, uma nova perspectiva da cidade durante a Época Moderna, um espaço urbano alegre profusamente ornamentado, resultante das manifestações festivas em torno da igreja e da coroa, onde se destaca o estreitamento das relações de sociabilidade e a criação de espectáculos efémeros com esplendor de luz e cor. Estas manifestações chamaram particularmente a atenção de Almeida Carvalho por demonstrarem a mobilização de todos os espectros da sociedade para a realização destas iniciativas que conferiam à Setúbal moderna uma grande pompa e dinamismo.

Sob o tema das manifestações do que hoje identificamos como Património Cultural Imaterial, a partir da mesma referência de Almeida Carvalho, Fátima Ribeiro de Medeiros dá-nos uma perspectiva da obra e do homem que, através de recolhas efectuadas ao longo de 50 anos, produz um paciente trabalho de pesquisa e levantamento de factos da história de Setúbal e das suas personagens marcantes, pela identificação de um conjunto de referências literárias, quer populares e tradicionais, quer eruditas, ilustradas com os nomes dos respectivos escritores e excertos de textos.

Parafraseando em parte o homenageado, a autora afirma «...pelos seus trabalhos de investigação e estudos históricos, numa invulgar ambição de investigar e saber, João Carlos de Almeida Carvalho desejava deixar para futuro uma memória do seu nome».

Confirma-se a opção do homenageado em equiparar a literatura e a história como disciplinas do conhecimento que privilegiava particularmente e bem patente na sua longa carreira de investigador, escritor, historiador e nas palavras da autora «homem do seu tempo que deixou para a posteridade um inestimável legado». O artigo termina com um anexo onde são compilados os textos completos relativos aos excertos citados na

análise efectuada.

Ainda no capítulo da Obra e em tributo ao homenageado, no seu estudo acerca do estabelecimento em 1783 da Roda de Enjeitados em Setúbal, Rogério Palma Rodrigues dá-nos a conhecer as posições de Almeida Carvalho sobre esta temática, enquadradas no “Projecto do Regulamento da Saúde Pública”, no qual as Cortes de 1821 manifestaram a preocupação dos políticos e médicos para a impossibilidade de contenção do elevado índice de mortalidade infantil nos séculos XVIII-XIX.

Através de um texto amplamente documentado com gráficos e tabelas, integrando fotografias (de 1939) do antigo Postigo dos Enjeitados, no local onde hoje se encontra o edifício da Caixa Geral dos Depósitos, o autor revela um conjunto de dados muito interessantes sobre a realidade setubalense nesta matéria, reflectindo sobre a evolução da taxa de mortalidade infantil com e sem a Roda dos Enjeitados. Em Setúbal, a Roda é extinta em 1860 como medida de contenção da elevada mortalidade infantil, verificada sobretudo no primeiro ano de internamento, provocada pela precariedade da alimentação e higiene, associada à insalubridade da própria casa da Roda.

O LEGADO

Centrado na importância do trabalho desenvolvido pelo homenageado em prol do registo da memória colectiva da cidade de Setúbal em particular, e do passado romano da região num âmbito consagrado ao património arqueológico, as actas em apresentação compilam um conjunto de seis artigos dedicados à investigação arqueológica.

Destes três, encontram-se intimamente relacionados com o legado do homenageado, porquanto permitem complementar a historiografia da cidade de Setúbal tão cara a Almeida Carvalho. Reflectem e aprofundam a longa diacronia de ocupação do território de Setúbal, urbano em particular, regional em termos gerais.

Através dos resultados obtidos na intervenção arqueológica de prevenção e salvaguarda levada a cabo no imóvel da Rua Arronches Junqueiro, Carlos Tavares da Silva, Antónia Coelho Soares e Susana

Duarte identificam um conjunto significativo de vestígios atribuídos à Pré-história recente, à Idade do Ferro orientalizante, à época romana alto imperial e ainda à baixa Idade Média que testemunham o estabelecimento de grupos populacionais na área da colina de Santa Maria, única elevação do casco histórico da área urbana e Setúbal, pelos menos desde há cerca de 5000 anos. Esta presença não se traduz, todavia, em continuidade dadas os hiatos cronológicos reconhecidos no registo arqueológico, muito perturbado quer pelas sucessivas sequências ocupacionais, quer pela erosão do próprio terreno.

O artigo encontra-se complementado com diversas ilustrações, nomeadamente cartografia esclarecedora dos vários locais intervencionados arqueologicamente no centro histórico de Setúbal, onde foram de igual modo reconhecidos contextos similares aos descritos neste estudo. Encontra-se amplamente ilustrado com estampas do espólio recolhido e dos registos gráficos da estratigrafia e estruturas arqueológicas exumadas.

Na senda da reconstituição da diacronia de ocupação de Setúbal, na intervenção arqueológica realizada na Avenida Luísa Todi, 272-276 e Largo da Ribeira Velha, Joaquina Soares, Teresa Rita Pereira, Susana Duarte e Carlos Mouro elucidam-nos sobre os vestígios de troços do sistema defensivo da Ribeira – pertencente à Fortificação Baixo-Medieval de Setúbal –, até àquela data sem localização precisa.

Integrada na malha urbana actual, e perturbados por subsequentes infraestruturas de saneamento, identificaram-se dois troços da muralha medieval de Setúbal, idênticos a outros vestígios anteriormente registados, construídos por grandes blocos de brecha da Arrábida e argamassa de cal. Estes testemunhos da estrutura defensiva estão descritos nas fontes documentais e apenas através das intervenções arqueológicas efectuadas no âmbito de projectos de reabilitação imobiliária tem vindo a ser possível identificá-los, registá-los, mapeá-los e conservá-los.

Os autores elaboram, em articulação com o Projecto de Investigação sobre as preexistências de Setúbal levado a cabo no MAEDS, e tendo por base os resultados obtidos em diversas intervenções realizadas na Avenida Luísa Todi e no casco urbano antigo, uma breve

caracterização da ocupação da colina de Santa Maria, na transição da Alta para a Baixa Idade Média, bem como das suas actividades administrativo-socio-económicas. É um artigo profusamente ilustrado, quer do ponto de vista do registo arqueológico, da cartografia, das fotografias de estruturas e espólio, quer das propostas de reconstituição da própria estrutura defensiva.

Ainda sobre Setúbal, Joaquina Soares, Carlos Tavares da Silva e Susana Duarte, apresentam uma síntese relativa ao projecto do estudo dos contextos arqueológicos relacionados com os sismos e para os quais existe documentação historiográfica.

Das diversas intervenções arqueológicas realizadas foi já possível identificar no registo estratigráfico vestígios dos pelos menos dois grandes terremotos de 1531 e 1755.

O contexto específico da Avenida Luísa Todi, 170-178, permitiu identificar uma sequência ocupacional desde a Idade do Ferro, passando pela época romana, o período islâmico, os séculos XIII, XIV e XVII, durante os quais são registados fenómenos naturais como a subida do nível das águas da baía, algures na passagem da Antiguidade tardia para a Alta Idade Média, ou do tsunami ocorrido após o sismo de 1755.

O artigo é profusamente decorado quer do ponto de vista do registo e espólio arqueológico, quer com gravuras e ilustrações antigas que permitem visualizar a evolução do casco urbano setubalense.

João Nunes, Eduardo Porfírio e Michele Teixeira Santos inauguram um subcapítulo dos artigos de intervenções arqueológica realizadas fora do contexto do urbano de Setúbal.

Assim, o estudo apresentado por estes autores decorre dos resultados obtidos no decurso da intervenção arqueológica realizada no âmbito da reabilitação do edifício Espaço Cidadão, em Palmela, ilustrando a evolução histórico-arquitectónica e urbana da vila de Palmela entre a Baixa idade Média e o século passado, com especial incidência na Época Moderna. Deste período, é apresentado um expressivo conjunto artefactual que permite efectuar a caracterização do quotidiano de Palmela e das trocas comerciais entre um território eminentemente rural, mas com reconhecidas

relações com os centros urbanos e respectivos portos de Setúbal e Lisboa.

Tal como os anteriores, este estudo é complementado com um conjunto numeroso de ilustrações de espólio e gravuras antigas.

Igualmente relacionado com o território do distrito de Setúbal, o artigo acerca das cerâmicas de paredes finas provenientes de prospecções efectuadas, em 1976, na encosta ocidental do castelo de Alcácer do Sal é apresentado por Eurico Sepúlveda, Catarina Bolila e Marisol Ferreira.

Concluem os autores que a presença do espólio em análise resulta da manutenção do comércio dos circuitos mediterrânicos utilizados durante a Idade do Ferro provenientes da península itálica que abasteciam Salacia com cerâmica de paredes finas, produzidas na Campânia e na Etrúria. Apresentam, ainda, uma proposta evolutiva/comparativa da importação destas cerâmicas de outras províncias do império, concretamente a fraca expressividade das produções emeritenses e béticas. Todavia, por se tratar de fragmentos cerâmicos recolhidos em prospecções, apresentando-se por isso descontextualizados, destacam os autores a absoluta necessidade de se conhecerem os estudos desta tipologia artefactual recolhida nas intervenções arqueológicas levadas a cabo no castelo de Alcácer e no convento de Aracoeli.

A finalizar a componente arqueológica das actas, Guilherme Cardoso e Luísa Batalha, apresentam os resultados dos trabalhos arqueológicos realizados em Vila Franca dos Francos, em Alenquer, única intervenção exógena ao território setubalense, na sua expressão mais alargada. Não conseguimos perceber a causa da sua integração neste encontro.

O artigo centra-se sobretudo na análise de um conjunto cerâmico de largo espectro diacrónico, procurando sistematizar através do reconhecimento tipológico e funcional dos artefactos, a cronologia de ocupação e abandono das estruturas arqueológicas – silos - identificadas. Está ilustrado com desenhos das peças que contextualizam a síntese textual.

No que respeita aos artigos de temática arqueológica

temos, globalmente, uma reserva sobre a qual gostaríamos de reflectir: de um modo geral os textos são excessivamente técnicos, tornando-se demasiado crípticos para o público de uma revista multidisciplinar de divulgação do património cultural como a MUSA.

Permitam-nos fazer aqui um parêntesis à apresentação do volume em apreço, porque queremos, particularmente, elogiar a publicação dos resultados das intervenções arqueológicas aqui plasmados, cuja importância não nos cansamos de realçar.

Como representante da tutela do património cultural não posso deixar de expressar que compete à DGPC, ao actuar como primeiro zelador do conhecimento produzido sobre um passado comum, administrar a fonte primordial da memória colectiva que é o Arquivo da Arqueologia Portuguesa, herdeiro das várias entidades que tutelaram a actividade arqueológica até aos nossos dias.

A partilha dos resultados obtidos nas intervenções arqueológicas, actualmente maioritária em acções de arqueologia preventiva e de salvaguarda, constitui um dever, plasmado na lei, importando estimular as nossas consciências para a importância de manter actualizado o Arquivo da Arqueologia Portuguesa, repositório da memória colectiva, com a entrega sistemática dos relatórios dos trabalhos arqueológicos efectuados nos mais variados âmbitos.

A essência do registo, a emergência da disponibilização dos dados e a divulgação da informação adquirida, constituem, pois, tarefa fundamental para a salvaguarda e conhecimento do património cultural que pretendemos todos, em conjunto e no âmbito das nossas competências sociais e profissionais, defender e legar às gerações futuras.

Esta edição cumpre, parcialmente, esta exigência para com a preservação da memória colectiva.

Voltando ao conteúdo do volume em apresentação,

destacamos por fim um conjunto de artigos que surgem na senda da recolha e fixação da memória de Setúbal, que podendo não ter directamente a ver com o homenagem, integram naturalmente o seu legado conceptual.

Diogo Ferreira analisa o primeiro ciclo conserveiro de Setúbal balizado entre 1880 e 1920, com especial incidência nos anos da Primeira Grande Guerra, período durante o qual o consumo de conservas de peixe é acelerado pela necessidade de abastecimento das tropas nas trincheiras.

O número de fábricas conserveiras em Setúbal triplica entre 1914 e 1920 com os consequentes impactes na economia local. O autor analisa esta realidade, recorrendo e ilustrando o seu artigo com excertos documentais e bibliográficos, completados com tabelas síntese, concluindo pela enorme vitalidade do tecido económico setubalense na época e a sua relação com Lisboa, cujo porto escoava os milhares de toneladas de conservas de sardinha por ausência de condições logísticas no porto de Setúbal.

O boom verificado no sector conserveiro alargou-se naturalmente a outras áreas da actividade como a pesca, não apenas a nível do desenvolvimento económico, como também a nível social, observando-se o registo de greves e paragens laborais que aliavam operários fabris e pescadores, que a par de ausências pontuais de matérias-primas, geravam interrupções periódicas da produção e exportação de conservas. Ainda assim, na década de 1920 a exportação da conserva de sardinha em Setúbal ascende às 110 mil toneladas, representado cerca de 58% do total de exportações nacionais.

Mais uma vez, em Setúbal, como em outros centros urbanos nacionais, passada a euforia e a moda, os tecidos socioeconómicos ressentem-se e recentram-se, regressando à sua condição pré-boom. O autor demonstra assim a fragilidade da indústria conserveira setubalense dos anos da Grande Guerra, excessivamente dependente das encomendas estrangeiras, identificando como principais destinos a Alemanha, Bélgica, França, Inglaterra e Itália. Cerca de metade das unidades de produção conserveira setubalense entra em

falência no final dos anos de 1920.

No contexto do tema industrialização de Setúbal, também Carlos Moura apresenta um contributo sobre a indústria de curtumes.

Segundo o autor, a historiografia em torno da industrialização de Setúbal privilegiou, de certo modo, os dados relacionados com a indústria conserveira, em detrimento de outras unidades de exploração do tecido económico da região.

Este interesse justifica-se pela expressão que a actividade teve no desenvolvimento local e regional sobretudo a partir do final do século XIX e, como vimos, de relevante importância para a logística de abastecimento dos contingentes militares aliados da 1ª Guerra Mundial.

O presente artigo pretende trazer à luz do dia o conjunto de outras pequenas actividades industriais mais precoces, das quais na actualidade pouco se sabe, em particular a indústria de curtumes que na segunda metade de setecentos, a par da actividade industrial operada na zona de Lisboa, concretamente em Alcântara, floresce em pleno governo pombalino.

Recorrendo a fontes documentais, entre as quais recolhas efectuadas por Almeida Carvalho, elabora uma síntese diacrónica e evolutiva do estabelecimento da indústria de curtumes em Setúbal, desde 1760 até 1957, quando apenas restavam já 3 daquelas unidades. O artigo é ilustrado com cartografia antiga e excertos documentais.

Fátima Afonso e Fernanda Ferreira compõem um artigo sobre os movimentos sociais em torno da resistência operária no concelho do Seixal em 1943, desenvolvido nas empresas Mundet e Companhia, Lda; Produtos Corticeiros Portugueses Lda; Companhia de Lanifícios da Arrentela; G.C. Wicander, Lda. e da Sociedade Portuguesa de Explosivos, Lda.

Assinalando a passagem do septuagésimo quinto aniversário da greve do operariado do sector corticeiro, as autoras destacam o movimento operário da região com uma indiscutível importância dada a sua

visibilidade e dimensão públicas. Estimam o envolvimento de cerca de 3855 trabalhadores nos vários ramos industriais existentes nas povoações do Seixal, Amora e Arrentela, reflectindo-se num dramático período de provação destes assalariados e das suas famílias, no contexto sociopolítico da ditadura do Estado Novo.

Integrada num movimento social mais amplo, esta greve constituiu um marco na história local das comunidades da margem sul do Tejo e, em particular, na consciencialização do operariado na defesa dos seus direitos e reivindicações.

Através do projecto apresentado por Pedro Fernandes, regressamos ao património edificado de Setúbal, pretendendo o autor dar visibilidade aos testemunhos das antigas quintas de Setúbal e arredores.

Apresenta-se o diagnóstico efectuado em duas vertentes. Por um lado, a dimensão física dos vestígios, através da qual são registados os locais, os conjuntos arquitectónicos, enfim o que sobrevive do património imóvel e fundiário dessas propriedades. Por outro lado, a dimensão socioeconómica dos seus senhorios e demais residentes. A importância pública e privada destas casas e a sua inclusão no contexto socioeconómico da época.

Registamos, novamente, uma caracterização do tecido social de Setúbal, desta feita relacionado com a actividade agrícola, nomeadamente dos pomares.

Dada a sua progressiva aglutinação pelo crescimento da urbe ao longo dos tempos o autor destaca a dificuldade no mapeamento e resgate da memória destas propriedades para a actualidade, dado os poucos vestígios identificáveis, alertando para a necessidade da sua preservação e salvaguarda.

Num outro artigo, o mesmo autor Pedro Fernandes propõe a criação de um projecto que permita compilar e fixar numa base de dados, a partilhar *online*, a ainda disponível memória viva de alguns setubalenses que se perderá se não for rapidamente recolhida e transformada em registo áudio e visual. Destaca a importância da recolha da memória dos factos e acontecimentos ocorridos em Setúbal na primeira pessoa

para a preservação desta memória, indispensável à construção da historiografia local.

João Augusto Aldeia dá à estampa um artigo sobre a figura do jornalista fundador do semanário Cezimbrense, em 1894, periódico pró-republicano que acabaria por apenas apresentar 13 edições. A associação dos seus fundadores, nomeadamente Fra Paxeco, ao partido republicano, e a difusão destes ideais no periódico semanal acaba por o levar ao exílio no Brasil.

Carlos Mouro e Horácio Penas apresentam-nos um breve historial sobre o feriado municipal instituído em 1911, sob a égide da 1ª República, no dia 15 de Setembro, por assinalar o nascimento do poeta Bocage. Esta efeméride durou até 1952, quando o Estado Novo suspende os feriados municipais pretendendo uma reforma na atribuição das efemérides associadas a estes dias.

Assim em 1969 o feriado municipal de Setúbal muda para 25 de Julho, dia de Santiago, não sem ter havido uma manifestação popular de desagrado contra a decisão governamental. Apenas após 25 de Abril de 1974 o feriado municipal é restituído a 15 de Setembro.

António Chitas apresenta-nos uma reflexão em torno das comemorações dos centenários bocagianos ocorridas nos séculos XIX e XX. O autor demonstra como Bocage é “aproveitado” pelos vários movimentos político-partidários de índole democratizante como símbolo da luta pela liberdade e do combate às desigualdades, intolerância e injustiças sociais nos diversos contextos do Portugal contemporâneo.

Através de pesquisa documental o autor apresenta-nos as quatro comemorações em torno de Bocage: o centenário do nascimento em 1865; o centenário da sua morte em 1905; o centésimo quinquagésimo aniversário o seu nascimento em 1915 e, finalmente, o bicentenário do nascimento em 1965, concluindo que «homenagear a figura e a obra do homem-poeta Bocage, foi desiderato das várias comemorações bocagianas ao longo dos séculos XIX e XX. Mais ou menos marcadas e condicionadas pelos contextos históricos e políticos em que ocorreram, representaram sempre momentos de afirmação e de valoração do legado de um poeta ímpar, mesmo em conjunturas mais adversas em que os ideais e os valores defendidos pelo Poeta conflituavam abertamente com a situação vigente».

Lança-nos o repto para o aprofundamento contemporâneo do estudo da obra de Bocage, livre dos estereótipos que as comemorações anteriores fixaram ao poeta setubalense.

Este volume cumpre pois dois objectivos essenciais: a merecida homenagem a um setubalense ilustre a quem a história de Setúbal muito deve e, sobretudo, na sua linha de preservação e resgate da memória, fixa um leque muito diversificado de contributos relevantes para o conhecimento desta região e para a difusão do qual a acção dos promotores desta iniciativa muito têm contribuído.

Espero pois, a partir da breve leitura dos interessantíssimos textos aqui compilados, ter despertado o interesse para, por vós próprios, explorarem e usufruírem do rico património tangível e intangível da região de Setúbal.

Muito obrigada.